

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2025 à 31/12/2025	7
DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024	8
DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023	9
Demonstração de Valor Adicionado	10
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	11
Notas Explicativas	12

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	21
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	23
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	24

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2025
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	500
Preferenciais	0
Total	500
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0
#Error	
#Error	

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 31/12/2023
1	Ativo Total	4.058	759	140
1.01	Ativo Circulante	4.046	747	128
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	41	399	64
1.01.03	Contas a Receber	115	81	1
1.01.03.01	Clientes	114	80	0
1.01.03.01.01	Clientes	114	79	0
1.01.03.01.02	Adiantamento a fornecedores	0	1	0
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	1	1	1
1.01.03.02.01	Créditos com Controladas	1	1	1
1.01.06	Tributos a Recuperar	3.890	267	63
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	3.890	267	63
1.02	Ativo Não Circulante	12	12	12
1.02.02	Investimentos	12	12	12
1.02.02.01	Participações Societárias	12	12	12
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	12	12	12

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 31/12/2023
2	Passivo Total	4.058	759	140
2.01	Passivo Circulante	299	61	17
2.01.03	Obrigações Fiscais	293	58	17
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	287	44	13
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	281	38	12
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Tributárias	6	6	1
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	6	14	4
2.01.05	Outras Obrigações	6	3	0
2.03	Patrimônio Líquido	3.759	698	123
2.03.01	Capital Social Realizado	1	1	1
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	3.758	697	122

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	284	612	173
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-31	-37	-32
3.03	Resultado Bruto	253	575	141
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-544	-154	-99
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-544	-154	-99
3.04.02.01	Despesas gerais e administrativas	-528	-108	-56
3.04.02.02	Despesas Tributárias	-16	-46	-43
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-291	421	42
3.06	Resultado Financeiro	4.893	434	35
3.06.01	Receitas Financeiras	20.796	1.939	159
3.06.02	Despesas Financeiras	-15.903	-1.505	-124
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	4.602	855	77
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-1.541	-280	-27
3.08.01	Corrente	-1.541	-280	-27
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	3.061	575	50
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	3.061	575	50
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	6,122	1,15	0,1

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
4.01	Lucro Líquido do Período	3.061	575	50
4.03	Resultado Abrangente do Período	3.061	575	50

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-358	335	30
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	3.061	575	50
6.01.01.01	Lucro/Prejuízo do Período	3.061	575	50
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-3.419	-240	-20
6.01.02.01	Impostos a recuperar	-3.623	-204	-20
6.01.02.02	Contas a Pagar	0	0	-7
6.01.02.03	Obrigações tributárias	235	41	8
6.01.02.04	Partes relacionadas	0	0	-1
6.01.02.05	Outras obrigações	3	3	0
6.01.02.06	Clientes	-35	-79	0
6.01.02.07	Adiantamento a fornecedores	1	-1	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	0	0	-5
6.02.01	Aquisição de participação em controladas	0	0	-5
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-358	335	25
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	399	64	39
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	41	399	64

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/12/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1	697	0	0	0	698
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1	697	0	0	0	698
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	3.061	0	3.061
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	3.061	0	3.061
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	3.061	-3.061	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	3.061	-3.061	0	0
5.07	Saldos Finais	1	697	3.061	0	0	3.759

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1	0	122	0	0	123
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1	0	122	0	0	123
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	-575	575	0	0
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	-575	575	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	575	0	0	575
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	575	0	0	575
5.07	Saldos Finais	1	0	122	575	0	698

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1	0	72	0	0	73
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1	0	72	0	0	73
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	50	0	50
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	50	0	50
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	50	-50	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	50	-50	0	0
5.07	Saldos Finais	1	0	122	0	0	123

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
7.01	Receitas	314	677	192
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-559	-145	-88
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-31	-37	-32
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-528	-108	-56
7.03	Valor Adicionado Bruto	-245	532	104
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-245	532	104
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	20.796	1.939	159
7.06.02	Receitas Financeiras	20.796	1.939	159
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	20.551	2.471	263
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	20.551	2.471	263
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.587	391	89
7.08.02.01	Federais	1.571	357	76
7.08.02.03	Municipais	16	34	13
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	15.903	1.505	124
7.08.03.03	Outras	15.903	1.505	124
7.08.03.03.01	Despesas financeiras	15.903	1.505	124
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	3.061	575	50
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	3.061	575	50

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS S.A**

CNPJ: 38.042.694/0001-00

São Paulo, 17 de março de 2026.

Senhores Acionistas,

A Administração da **Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.** ("Travessia Securitizadora" ou "Companhia"), em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. as demonstrações Financeiras acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

A Companhia apurou um lucro líquido de R\$ 3.061 (três milhões e sessenta e um mil reais) no exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Esse resultado foi impulsionado pelos rendimentos de aplicações financeiras resultantes de recursos originados de direitos creditórios e pela diluição de custos devido ao aumento das operações sob gestão no exercício.

Atualmente, a Companhia possui 14 (dezessete) emissões que correspondem à 04ª, 08ª, 09ª, 10ª, 11ª, 12ª, 13ª, 14ª, 15ª, 16ª, 18ª, 19ª, 20ª e 21ª emissão de debêntures sob instituição de patrimônio separado e regime fiduciário, além de outras emissões em processo de estruturação.

Em atendimento à Resolução CVM nº 162, de 13 de julho de 2022 ("Res CVM 162"), informamos que a empresa Villela e Associados Auditoria e Consultoria S/S foi contratada pela Companhia para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Ressaltamos que Villela e Associados Auditoria e Consultoria S/S não prestou nenhum outro serviço para Travessia Securitizadora além de auditoria externa e nem possui qualquer outro tipo de vínculo com a Companhia ou com seus administradores.

Atenciosamente,

Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

Vinicius Bernarde Basile Silveira Stopa

Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores

**VINICIUS BERNARDES
BASILE SILVEIRA
STOPA:21871856809**

Assinado de forma digital por
VINICIUS BERNARDES BASILE
SILVEIRA STOPA:21871856809
Dados: 2026.03.24 15:54:12
-03'00'

Notas Explicativas

1. Contexto operacional

A **Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. (“Companhia”)**, foi constituída por meio da Assembleia Geral de Constituição, realizada no dia 03 de julho de 2020.

A Companhia tem por objeto social: **(i)** A aquisição e securitização de créditos, desde que enquadrados no artigo 1º da Resolução CMN nº 2.686/2000 (“Créditos Financeiros”); **(ii)** A emissão e colocação privada ou junto ao mercado financeiro e de capitais, de qualquer título de crédito ou valor mobiliário compatível com suas atividades, respeitados os trâmites e a legislação aplicável; **(iii)** A realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de créditos supracitadas; **(iv)** A realização de operações de hedge em mercados de derivativos visando à cobertura de riscos na sua carteira de créditos.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram integralizadas 23 séries de debêntures, que totalizam 6 patrimônios separados, conforme abaixo:

<u>Tipo</u>	<u>Emissão</u>	<u>Série</u>	<u>Data integralização</u>	<u>Valor emissão</u>
DEB	16	1	14/05/2025	445.000
DEB	16	2	14/05/2025	445.000
DEB	16	3	14/05/2025	445.000
DEB	16	4	14/05/2025	445.000
DEB	16	5	14/05/2025	445.000
DEB	16	6	14/05/2025	445.000
DEB	17	1	01/07/2025	1.000.000
DEB	18	1	25/07/2025	147.931
DEB	19	1	24/09/2025	329.983
DEB	19	2	24/09/2025	22.000
DEB	19	3	24/09/2025	87.995
DEB	20	1	24/09/2025	595.000
DEB	20	2	24/09/2025	595.000
DEB	20	3	24/09/2025	595.000
DEB	20	4	24/09/2025	595.000
DEB	20	5	25/09/2025	595.000
DEB	20	6	25/09/2025	595.000
DEB	20	7	25/09/2025	630.000
DEB	21	1	23/12/2025	720.000
DEB	21	2	23/12/2025	1.260.000
DEB	21	3	23/12/2025	720.000
DEB	21	4	23/12/2025	450.000
DEB	21	5	23/12/2025	1.350.000

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis materiais

2.1. Declaração dos diretores

Em conformidade com o Artigo 27, § 1º, incisos V e VI, da Resolução CVM nº 80/22, os Diretores declaram que revisaram, discutiram e aprovaram as demonstrações financeiras da Companhia e o relatório dos auditores independentes, datado de 17 de março de 2026.

Notas Explicativas

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis materiais-- Continuação

2.2. Base de apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB).

As demonstrações financeiras são apresentadas em valores expressos em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia.

As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas podem incluir entre outros a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para litígios e riscos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente, em prazos nunca superiores a um ano.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

i) Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade.

A Companhia deve verificar se atende à definição de entidade de investimento. A entidade de investimento é uma entidade que:

Notas Explicativas

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis materiais-- Continuação

2.2. Base de apresentação--Continuação

- (a) obtém recursos de um ou mais investidores com o intuito de prestar a esses investidores serviços de gestão de investimento;
- (b) se compromete com os seus investidores no sentido de que seu propósito comercial é investir recursos exclusivamente para retornos de valorização do capital, receitas de investimentos ou ambos; e
- (c) mensura e avalia o desempenho de substancialmente todos os seus investimentos com base no valor justo.

A Companhia avaliou os critérios de controle previstos nas normas contábeis aplicáveis e concluiu que não possui poder para dirigir as atividades relevantes das investidas, ou seja, aquelas que afetam significativamente seus retornos. Dessa forma, concluiu que não exerce controle sobre tais entidades.

Portanto as demonstrações financeiras não devem ser consolidadas, uma vez que a Companhia não possui o controle das investidas.

Nas demonstrações financeiras, os Investimentos são reconhecidos pelo seu valor de custo.

2.3. Apuração do resultado

As receitas, custos e despesas são contabilizados pelo regime de competência, incluindo os efeitos das variações monetárias computados sobre ativos e passivos indexados.

2.4. Imposto de renda e Contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída com base no lucro real (tributável) à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% e a provisão para contribuição social à alíquota de 9%, conforme legislação em vigor. A Companhia não constituiu créditos tributários, estes serão reconhecidos somente no momento em que houver perspectiva consistente de sua realização

2.5. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, como por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

Notas Explicativas

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis materiais-- Continuação

2.6. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.7. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo e, quando aplicável, acrescidos dos custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros são classificados de acordo com o modelo de negócios adotado pela Companhia para a gestão desses ativos e com as características dos fluxos de caixa contratuais, sendo mensurados: (i) ao custo amortizado; (ii) ao valor justo por meio do resultado; ou (iii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Os passivos financeiros são, subsequentemente, mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado, conforme aplicável.

A Companhia avalia, quando aplicável, a existência de perda de crédito esperada sobre os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando existe direito legalmente executável de compensação e a intenção de liquidá-los em base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Notas Explicativas**3. Caixa e equivalentes de caixa**

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e bancos conta movimento	2	2
Aplicações financeiras (i)	-	192
Aplicações financeiras – CDB (ii)	39	205
Total	41	399

- (i) As aplicações financeiras de liquidez imediata são representadas substancialmente por aplicações em CDB e são remuneradas a uma taxa mensal de 2% do DI podendo ser resgatadas a qualquer tempo sem prejuízo da remuneração apropriada.
- (ii) As aplicações financeiras de liquidez imediata são representadas substancialmente por aplicações em CDB e são remuneradas a uma taxa mensal de 96,50% do DI podendo ser resgatadas a qualquer tempo sem prejuízo da remuneração apropriada.

4. Impostos a recuperar

Os saldos em 31 de dezembro de 2025 referem-se basicamente a imposto de renda retido na fonte decorrente de aplicação de recursos originados de direitos creditórios e saldo negativo IRPJ, conforme a seguir demonstrado:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Saldo negativo – IRPJ (i)	3.868	250
PIS, COFINS e CSLL sobre faturamento a compensar	8	4
Outros impostos a recuperar	14	13
Total	3.890	267

- (i) Imposto de renda sobre os saldos negativos serão compensados através dos impostos gerados nas operações do exercício subsequente.

5. Partes relacionadas**5.1 Transações com partes relacionadas – ativo circulante**

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Travessia Securitizadora de Créditos Mercantis XXV S.A.	1	1
Total	1	1

Montante referente às decorrentes de operações de mútuo realizadas com a controlada para operações usuais de acordo com a avaliação da Administração.

5.2. Remuneração do pessoal-chave da administração

Não houve remuneração paga ao pessoal-chave da Administração nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024.

Notas Explicativas

6. Investimentos

Em 31 de dezembro de 2025 o saldo com investimentos é de R\$ 12 (R\$ 12 em 2024) conforme composição a seguir:

Razão Social	CNPJ	Preço de Aquisição em Reais – R\$	
		31/12/2025	31/12/2024
TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS I S.A.	28.758.267/0001 61	500	500
TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS II S.A.	28.913.030/0001 08	500	500
TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS III S.A.	30.037.009/0001 38	500	500
TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS IV S.A.	31.908.224/0001 20	500	500
TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS IX S.A.	37.309.079/0001 47	500	500
TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS XII S.A.	38.042.674/0001 21	500	500
TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS XXI S.A.	40.004.405/0001 12	500	500
TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS XXIV S.A.	41.008.985/0001 89	500	500
TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS XXVII S.A.	46.081.128/0001 28	500	500
ELLEVE & TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS S.A.	38.419.803/0001 58	500	500
SOLFACIL SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS S.A.	32.247.733/0001 11	500	500
SOLFARMA SECURITIZADORA DE CREDITOS MERCANTIS S.A.	40.004.380/0001 57	500	500
SUPERSIM SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS S.A.	35.881.094/0001 30	500	500
TRAVESSIA MPT 18 SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS S.A.	38.028.620/0001 01	500	500
TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS XXXII S.A.	47.965.456/0001-50	500	500
TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS XXV S.A.	45.741.898/0001-97	500	500
TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS XVI S.A.	38.419.815/0001-82	500	500
TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS X S.A.	37.901.961/0001-87	500	500
TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS XI S.A.	37.763.835/0001-03	500	500
TRAVESSIA & DELTA SECURITIZADORA DE CREDITOS MERCANTIS S.A.	41.719.223/0001-90	500	500
TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS MERCANTIS VII S.A.	44.379.280/0001-66	500	500
TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS MERCANTIS V S.A	41.719.231/0001-37	500	500
TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS VIII S.A.	36.699.663/0001-93	500	500
Total		11.500	11.500

7. Obrigações tributárias

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, os saldos de obrigações tributárias estão assim compostos:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
PIS/COFINS	6	6
ISS	6	14
IRPJ/CSLL a Recolher (i)	281	38
Total	293	58

(i) Refere-se substancialmente a imposto de renda e contribuições sociais a pagar incidentes sobre o resultado gerado pela Companhia.

7.1. Imposto de renda e contribuição social

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	4.602	855
Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ)		
Imposto de Renda de Pessoa Jurídica – 15%	(691)	(134)
Adicional do IRPJ 10%	(436)	(66)
Total de Imposto de Renda Pessoa Jurídica	(1.127)	(200)
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)		
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – 9%	(414)	(80)
Total da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido	(414)	(80)
Total de IRPJ E CSLL	(1.541)	(280)
 Taxa efetiva para Impostos	 33,41%	 32,75%

Notas Explicativas

8. Patrimônio líquido

8.1. Capital social

O capital social subscrito da Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A., em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 é de R\$ 1, divididos em 500 (quinhentas) ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal e sem ações em tesouraria.

Em 31 de dezembro de 2025 o capital social estava totalmente integralizado pelos seus acionistas no montante de R\$ 1.

8.2. Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

8.3. Dividendos propostos

Feitas as necessárias anotações dos lucros líquidos apurados no balanço anual deduzir-se-ão:

- 5% (cinco por cento) para constituição de Reserva Legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social;
- 10% do lucro líquido ajustado, em conformidade com o disposto no art. 202 da Lei nº 6.404/76, para distribuição, como dividendo obrigatório, aos acionistas;
- O saldo que se verificar após as destinações mencionadas terá a aplicação que lhe for dada pela Assembleia Geral, mediante proposição da Diretoria, observadas as disposições legais.

9. Provisão para contingências

A Companhia não tem conhecimento e nem registrou em 31 de dezembro de 2025 qualquer provisão para demandas judiciais, tendo em vista que, com base em seus assessores jurídicos, não possui contingências judiciais com avaliação de risco de perda provável ou possível de perda.

10. Receitas operacionais

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, as receitas operacionais estão assim compostas:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Serviços prestados	314	677
PIS, COFINS e ISS	(30)	(65)
Total	284	612

Notas Explicativas

11. Despesas gerais e administrativas

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, as despesas gerais e administrativas, estão assim compostas:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Assessoria contábil e auditoria	(425)	(48)
Anúncios e Publicações	(59)	(59)
Comissão	(29)	-
Patrocínios	(15)	-
Outras despesas administrativas	-	(1)
Total	(528)	(108)

12. Resultado financeiro

As receitas e despesas financeiras, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, refletem os rendimentos de aplicações financeiras realizadas com recursos transitórios vinculados às operações de securitização, bem como o respectivo repasse desses rendimentos aos investidores dessas operações, conforme demonstrado a seguir:

12.1. Receitas financeiras

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Rendimento de aplicações financeiras (i)	20.780	1.930
Outras receitas financeiras	16	9
Total	20.796	1.939

(i) Refere-se substancialmente aos rendimentos de aplicações financeiras realizadas com recursos transitórios vinculados às operações de securitização.

12.2. Despesas financeiras

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Despesas bancárias (i)	(15.903)	(1.505)
Total	(15.903)	(1.505)

(i) Refere-se ao repasse dos rendimentos das aplicações financeiras vinculadas às operações de securitização.

13. Instrumentos financeiros

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais. A administração desses riscos é realizada por meio de definição de estratégias conservadoras, visando segurança, rentabilidade e liquidez:

13.1. Valorização dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros ativos em 31 de dezembro de 2025 são descritos a seguir:

- **Caixa e equivalentes de caixa (Nota Explicativa nº 3):** O valor de mercado desses ativos não difere dos valores apresentados nas demonstrações financeiras.

A Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de riscos.

Notas Explicativas

14. Relação com auditores

Em atendimento à regulamentação aplicável, a Companhia informa que não contratou, junto ao auditor independente responsável pelo exame das demonstrações financeiras, outros serviços que possam comprometer sua independência, além dos serviços de auditoria externa.

15. Eventos subsequentes

Não ocorreram eventos subsequentes relevantes após a data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 até a data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Aos
Administradores e Acionistas da
Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.
São Paulo – SP

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Examinamos as demonstrações financeiras da Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025, e suas respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações financeiras

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria (“PAA”)

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Principais Assuntos de Auditoria (“PAA”)--Continuação

Direitos creditórios vinculados às operações de securitização

Conforme descrito nas Notas Explicativas nº 1, 10 e 12, a Companhia realiza operações de securitização por meio da estruturação e emissão de debêntures e outros instrumentos financeiros lastreados em direitos creditórios.

No contexto dessas operações, a Companhia reconhece receitas de estruturação e realiza o gerenciamento dos fluxos financeiros associados às emissões.

Consideramos esse assunto como principal em nossa auditoria em razão da relevância dos saldos envolvidos, da natureza das operações da Companhia e dos julgamentos da Administração relacionados ao reconhecimento, mensuração e apresentação dos direitos creditórios e das receitas associadas às operações de securitização.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Em resposta ao risco significativo de auditoria identificado, efetuamos procedimentos específicos de auditoria, que incluem, mas não se limitam a:

- Avaliamos, com base em testes por amostragem, a documentação suporte das operações de securitização, incluindo contratos, instrumentos financeiros e documentos relacionados aos direitos creditórios e aos títulos emitidos;
- Analisamos a cessão dos direitos creditórios e verificamos a consistência entre os contratos, registros contábeis e as informações apresentadas nas demonstrações financeiras;
- Avaliamos os critérios utilizados pela Administração para o reconhecimento e mensuração dos direitos creditórios vinculados às operações de securitização;
- Avaliamos a adequação e suficiência das divulgações apresentadas nas notas explicativas das demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos descritos acima, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para o reconhecimento e mensuração dos direitos creditórios vinculados às operações de securitização, bem como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são razoáveis no contexto das demonstrações financeiras.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Revisamos também a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A., cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as

demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentadas para fins comparativos, foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 24 de março de 2025, sem modificação de opinião.

Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras--Continuação

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas.

Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras--Continuação

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 17 de março de 2026.

Villela e Associados Auditoria e Consultoria S.S.
CRC MG – 007189/O-2

Luis Guilherme Villela Alves
Contador CRC – MG 67.509/O-8

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Eu, Camila Maria Oliveira, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, administradora, portadora da Cédula de Identidade RG nº 36.825.036-2 (SSP/SP), inscrita no CPF /MF 349.935.818-23, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Tabapuã, 41, 13º andar, Itaim Bibi, CEP 04.533-010, DECLARO, na qualidade de Diretora de Securitização da Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A; sociedade por ações com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Tabapuã, 41, 13º andar, Itaim Bibi, CEP 04.533-010, inscrita no CNPJ/MF nº 38.042.694/0001-00 (Companhia), nos termos dos incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, e do artigo 27, parágrafo 1º, incisos "V" e "VI" da Res. CVM 80, de 29 de março de 2022 que juntamente com os demais diretores da Companhia:

(i) revisei, discuti e concordei com as Demonstrações Financeiras da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025; e

(ii) Revisei, discuti e concordei com o Relatório dos Auditores Independentes e suas respectivas conclusões sobre as Demonstrações Financeiras.

Camila Maria Oliveira
Diretora de Securitização

Eu, Michelle Paulino Leimig Pagnocca, brasileira, casada, advogada, portadora da Cédula de Identidade RG nº 25.767.045-2 (SSP/SP), inscrito no CPF /MF 324.991.818-00, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Tabapuã, 41, 13º andar, Itaim Bibi, CEP 04.533-010, DECLARO, na qualidade de Diretora de Compliance da Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A; sociedade por ações com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Tabapuã, 41, 13º andar, Itaim Bibi, CEP 04.533-010, inscrita no CNPJ/MF nº 38.042.694/0001-00 (Companhia), nos termos dos incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, e do artigo 27, parágrafo 1º, incisos "V" e "VI" da Res. CVM 80, de 29 de março de 2022 que juntamente com os demais diretores da Companhia:

(i) revisei, discuti e concordei com as Demonstrações Financeiras da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025; e

(ii) Revisei, discuti e concordei com o Relatório dos Auditores Independentes e suas respectivas conclusões sobre as Demonstrações Financeiras.

Michelle Paulino Leimig Pagnocca
Diretora de Compliance

Eu, Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, administrador, portador da Cédula de Identidade RG nº 30.393.860-2 (SSP/SP), inscrito no CPF /MF 218.718.568-09, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Tabapuã, 41, 13º andar, Itaim Bibi, CEP 04.533-010, DECLARO, na qualidade de Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores da Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A; sociedade por ações com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Tabapuã, 41, 13º andar, Itaim Bibi, CEP 04.533-010, inscrita no CNPJ/MF nº 38.042.694/0001-00 (Companhia), nos termos dos incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, e do artigo 27, parágrafo 1º, incisos "V" e "VI" da Res. CVM 80, de 29 de março de 2022 que juntamente com os demais diretores da Companhia:

(i) revisei, discuti e concordei com as Demonstrações Financeiras da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025; e

(ii) Revisei, discuti e concordei com o Relatório dos Auditores Independentes e suas respectivas conclusões sobre as Demonstrações Financeiras.

Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa
Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Eu, Camila Maria Oliveira, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, administradora, portadora da Cédula de Identidade RG nº 36.825.036-2 (SSP/SP), inscrita no CPF /MF 349.935.818-23, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Tabapuã, 41, 13º andar, Itaim Bibi, CEP 04.533-010, DECLARO, na qualidade de Diretora de Securitização da Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A; sociedade por ações com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Tabapuã, 41, 13º andar, Itaim Bibi, CEP 04.533-010, inscrita no CNPJ/MF nº 38.042.694/0001-00 (Companhia), nos termos dos incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, e do artigo 27, parágrafo 1º, incisos "V" e "VI" da Res. CVM 80, de 29 de março de 2022 que juntamente com os demais diretores da Companhia:

(i) revisei, discuti e concordei com as Demonstrações Financeiras da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025; e

(ii) Revisei, discuti e concordei com o Relatório dos Auditores Independentes e suas respectivas conclusões sobre as Demonstrações Financeiras.

Camila Maria Oliveira
Diretora de Securitização

Eu, Michelle Paulino Leimig Pagnocca, brasileira, casada, advogada, portadora da Cédula de Identidade RG nº 25.767.045-2 (SSP/SP), inscrito no CPF /MF 324.991.818-00, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Tabapuã, 41, 13º andar, Itaim Bibi, CEP 04.533-010, DECLARO, na qualidade de Diretora de Compliance da Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A; sociedade por ações com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Tabapuã, 41, 13º andar, Itaim Bibi, CEP 04.533-010, inscrita no CNPJ/MF nº 38.042.694/0001-00 (Companhia), nos termos dos incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, e do artigo 27, parágrafo 1º, incisos "V" e "VI" da Res. CVM 80, de 29 de março de 2022 que juntamente com os demais diretores da Companhia:

(i) revisei, discuti e concordei com as Demonstrações Financeiras da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025; e

(ii) Revisei, discuti e concordei com o Relatório dos Auditores Independentes e suas respectivas conclusões sobre as Demonstrações Financeiras.

Michelle Paulino Leimig Pagnocca
Diretora de Compliance

Eu, Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, administrador, portador da Cédula de Identidade RG nº 30.393.860-2 (SSP/SP), inscrito no CPF /MF 218.718.568-09, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Tabapuã, 41, 13º andar, Itaim Bibi, CEP 04.533-010, DECLARO, na qualidade de Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores da Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A; sociedade por ações com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Tabapuã, 41, 13º andar, Itaim Bibi, CEP 04.533-010, inscrita no CNPJ/MF nº 38.042.694/0001-00 (Companhia), nos termos dos incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, e do artigo 27, parágrafo 1º, incisos "V" e "VI" da Res. CVM 80, de 29 de março de 2022 que juntamente com os demais diretores da Companhia:

(i) revisei, discuti e concordei com as Demonstrações Financeiras da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025; e

(ii) Revisei, discuti e concordei com o Relatório dos Auditores Independentes e suas respectivas conclusões sobre as Demonstrações Financeiras.

Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa
Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores